



## **A comunicação dos envolvidos com a FEB (jornalistas e pracinhas) durante a Segunda Guerra Mundial<sup>12</sup>**

Carina Venzo Cavalheiro<sup>3</sup>

Luís Fernando Rabello Borges<sup>4</sup>

CESNORS/UFSM – Centro de Educação Superior Norte / Universidade Federal de Santa Maria

**Resumo:** Este trabalho visa elucidar os processos comunicacionais que se estabeleceram nos campos de batalha durante a atuação da FEB (Força Expedicionária Brasileira) nos confrontos da Segunda Guerra Mundial, assim como buscar histórias conhecidas apenas por aqueles que lá estiveram e que hoje ainda guardam na memória fatos que os livros de história não contam. Para tanto, foram analisados relatos fornecidos por soldados da FEB e também por jornalistas correspondentes da guerra, de forma a reviver a história que nos é contada e principalmente buscar novos dados que possam contribuir mais especificamente para o esclarecimento sobre a comunicação durante um período complicado da nossa história.

**Palavras-chave:** comunicação; jornalismo; FEB; Segunda Guerra Mundial.

### **Introdução**

Um período marcante da história foi os conflitos estabelecidos pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e, anos mais tarde, pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945). As batalhas marcadas pelas disputas territoriais envolvendo principalmente países europeus acabaram repercutindo seus danos por todo o mundo, obrigando alguns países a se posicionarem diante dos “motivos” que acabaram por gerar os conflitos entre os países.

Essas histórias todos conheceram durante os anos de estudos escolares. Porém, este trabalho visa elucidar os processos comunicacionais que se estabeleceram nos campos de batalha durante a atuação da FEB (Força Expedicionária Brasileira) nos confrontos da Segunda Guerra Mundial, assim como buscar histórias conhecidas apenas por aqueles que lá estiveram e que hoje ainda guardam na memória fatos que os livros de história não contam.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Intercom Junior, na Divisão Temática de Jornalismo, do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul.

<sup>2</sup> Trabalho vinculado ao Programa Especial de Incentivo à Pesquisa para o Docente Mestre do CESNORS e realizado de junho a dezembro de 2008.

<sup>3</sup> Acadêmica do curso de jornalismo do CESNORS/UFSM, bolsista da pesquisa – e-mail: nina\_venzo@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Professor do curso de jornalismo do CESNORS/UFSM, orientador da pesquisa – e-mail: luisfrb@smail.ufsm.br



Esses fatos reservados da sociedade e que começam a ser revelados tempos depois, e ainda outros que estão guardados somente com aqueles que lá estiveram, serviram de fundamentação para o desenvolver deste trabalho. Através das pesquisas e da única entrevista concedida por um ex-pracinha, além dos livros destinados à compilação de reportagens produzidas pelos jornalistas Rubem Braga e Joel Silveira, correspondentes da guerra, pode-se perceber como se tornava difícil a comunicação entre as bases militares e, mais ainda, a troca de correspondências com a família que ficara no Brasil. O que para nós hoje é um processo fácil e rápido era extremamente complicado, dadas as condições em que se encontravam os soldados brasileiros, que, além dos problemas de transporte das cartas, precisavam ter cautela ao escrever para não revelar dados importantes que, se caíssem em mãos inimigas, prejudicariam todo o plano de combate na guerra. O manual de correspondência entregue às famílias, o censorador do *front* e as madrinhas de guerra completavam a lista de dificuldades ao enviar uma correspondência pelos e para os soldados.

Para a comunicação dos correspondentes de guerra, o processo se dava quase da mesma forma. As notícias passavam pelo censorador do *front* para verificar as mesmas “informações perigosas”, porém com um empecilho a mais, o Estado Novo de Getúlio Vargas, que proibia certas manifestações artísticas, notícias que desagradassem ao governo, publicações e diálogos em línguas estrangeiras, ou seja, tudo aquilo que podia ser considerado ofensa e perigo ao governo, tudo isso meticulosamente verificado pelo DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda.

São estes tipos de questionamentos que buscamos desenvolver ao longo deste trabalho, revivendo a história que nos é contada e principalmente buscando novos dados que possam contribuir para o esclarecimento sobre a comunicação durante um período complicado da nossa história.

## **1 A Segunda Guerra Mundial para o Brasil**

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) é resultante do ressentimento deixado pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) sobretudo na Alemanha, mas também na Itália e no Japão. Todos esses países, aliados entre si na Primeira Guerra, tiveram sacramentada a sua derrota através da assinatura do Tratado de Versalhes, que pôs fim ao confronto e determinou a perda de territórios pertencentes a todos eles. Tal ressentimento levou também ao surgimento de governos totalitários, como o nazismo (Alemanha) e o fascismo (Itália),



representados respectivamente pelos ditadores Adolf Hitler e Benito Mussolini. Assim, a Segunda Guerra teve início em primeiro de setembro de 1939, quando os alemães invadiram a Polônia.

Em 1942, os Estados Unidos entraram no confronto, se somando a países como França e Inglaterra para combater o Eixo (formado por Alemanha, Itália e Japão), decisão tomada após o ataque japonês à base americana de Pearl Harbor. A partir daí, os países do Eixo começaram a recuar, até o desfecho da guerra, em 1945, ano em que Mussolini foi capturado e fuzilado por um grupo de guerrilheiros antifascistas e (em 30 de abril) Hitler e sua esposa suicidaram-se em Berlim. Em agosto, como último ataque fulminante de guerra e como uma espécie de vingança ao atentado de Pearl Harbor, os Estados Unidos lançaram duas bombas atômicas em território japonês, país que ainda não havia se rendido: a primeira na cidade de Hiroshima, no dia 6, e a segunda, três dias depois, na cidade de Nagasaki.

### 1.1 A neutralidade brasileira

O Brasil foi um dos últimos países a entrarem em conflito nas batalhas da Europa. Para muitos, a participação brasileira nos campos de batalha foi imprescindível para o fim da guerra. Embora os conflitos na Europa estivessem cada vez mais tensos, o Brasil se manteve neutro nos combates até o início de 1942, quando, durante a conferência dos países sul-americanos, ocorreu a condenação dos ataques contra os Estados Unidos e, como consequência, Getúlio Vargas foi obrigado a romper as relações diplomáticas com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

Embora suspeito de simpatizar com os princípios nazi-fascistas, Getúlio Vargas publica no Diário Oficial (edição de 12 de janeiro de 1942) o seguinte texto: “Parece-me que os americanos querem nos arrastar à guerra, sem que isso seja de utilidade, nem para nós, nem para eles”. Esse desejo norte-americano de levar o Brasil para o *front* se deu após o ataque à base de Pearl Harbor.

Enquanto Vargas relutava em aderir às lutas no continente europeu, as opiniões nas ruas dividiam-se: parte da sociedade brasileira, em sua maioria imigrantes vindos dos países do Eixo, não desejava o confronto, enquanto muitos brasileiros, como os integrantes da UNE (União Nacional dos Estudantes), organizavam manifestações e pediam apoio para os exércitos norte-americanos.

Novamente esperava-se um motivo para que um país enviasse seu exército para os campos de batalhas. Esse “empurrãozinho” foi dado em agosto de 1942 pelo exército alemão, quando seus submarinos atacaram os navios brasileiros na costa do nordeste do Brasil, embora Mauro Santayana lembre que “os integralistas brasileiros haviam atribuído o ato bélico a uma manobra suja dos norte-americanos a fim de excitar a reação brasileira contra os alemães. Já era tempo de saber a verdade” (1997, p. 117). Se o próprio Getúlio Vargas referiu-se à pressão exercida pelos norte-americanos para o Brasil posicionar-se perante a guerra, e vendo a inclinação de Vargas pelo nazismo alemão, talvez de fato os ataques aos navios brasileiros tenham sido um jogo estadunidense para estimular a pressão do povo (o que realmente aconteceu) e chamar definitivamente o país para a guerra.

Se foi um jogo armado pelos norte-americanos ou um ato próprio do exército alemão, hoje já não importa. O fato é que, depois dos navios brasileiros irem a pique, foi criada a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e cerca de 25.000 homens brasileiros foram enviados à Europa.

## 1.2 A Força Expedicionária Brasileira (FEB)

Criada em 9 de agosto de 1942 e organizada no estilo norte-americano, a FEB contava com homens de todos os estados e regiões brasileiras para os combates armados sob o comando do General de Divisão João Baptista Mascarenhas de Moraes, gaúcho de 60 anos chamado pelo próprio Getúlio Vargas para comandar o exército brasileiro, que integraria o exército norte-americano e seria treinado pelo mesmo, como fala Alberto Arioli, presidente da Regional de Caxias do Sul da FEB.

Na organização geral, pertencíamos ao 5º Exército Americano. Então era tudo deles: armas, munições, treinamentos e a alimentação. Entretanto, não os víamos em luta na Itália. Recebíamos as missões do alto comando para avançar. Eu e o meu pelotão caminhamos por uns 200 quilômetros, combatendo quase sempre à noite (2008, p. 4).

Assim, podemos perceber que todo o material de guerra era fornecido pelo governo estadunidense, porém o mais precioso material vinha do Brasil, o soldado. A respeito do treinamento recebido, o ex-expedicionário Raimundo Bortolo Sândi afirma, em depoimento publicado em *Atos e fatos dos nossos pracinhas*, que “todo o treinamento também foi dos americanos. Para mim foi precário. Aprendi mesmo em combate. Depois de tudo acabei



recebendo condecorações por ato de bravura fazendo prisioneiros alemães” (DINI, 2008, p. 9). Durante os meses em que ficaram em território italiano, a ordem de todo e qualquer soldado era manter-se vivo. Mesmo com treinamento curto e precário, o instinto de sobrevivência prevalecia, sobretudo quando se mantinha viva a esperança de retornar à pátria brasileira.

Contudo, a Força Expedicionária Brasileira não era uma força armada dentro dos padrões normais do exército. Ela fora formada por homens comuns, vindos de todas as partes do Brasil, como podemos perceber na entrevista de Joel Silveira publicada em *O Pasquim*, edição 482, de 22 a 28/9/1978.

A FEB participou de uma frente onde havia 13 divisões que faziam parte do 5º Exército Americano. E além desse exército americano havia o 8º exército inglês. Nenhum brasileiro tinha comando para desenvolver estratégias, o que havia na FEB eram táticas (...)  
(...) 75% da FEB foram arrebanhados e só 25% eram de tropas regulares (1978, p. 12).

Podemos perceber que os soldados brasileiros, embora tenham sido milhares, ainda estavam sob o comando dos norte-americanos. Ao todo, foram enviados à Europa 25.334 soldados brasileiros, divididos em cinco escalões, todos saídos do porto do Rio de Janeiro. Foram para o *front* 5.075 soldados no primeiro escalão; 10.375 no segundo e terceiro escalão; 4.691 no quarto escalão; e 5.082 no quinto escalão – além de 111 por via aérea.

A participação do Brasil inicialmente foi criticada por outros países, pois seu exército era formado por muitos homens comuns que, convocados ou voluntariamente, apresentaram-se para participar dos confrontos armados. Conhecidos como “pracinhas”, esses homens tiveram um breve treinamento incompleto e improvisado sobre como agir no campo de guerra. Por esse motivo, muitas pessoas afirmam que os soldados brasileiros foram treinados na própria guerra. Após os combates, os soldados brasileiros obtiveram grande reconhecimento por sua bravura, ousadia e coragem nos meses de batalha travados contra o inimigo, principalmente na conquista de Monte Castello. Em entrevista a *O Pasquim*, edição 482, de 22 a 28/9/1978, Joel Silveira relembra a proeza, que se deu depois de uma atitude decisiva do General Mascarenhas de Moraes.

Aí chegou Tritenberg, nosso comandante direto... Chegou lá: “Esses brasileiros são covardes”, não sei o que lá. Mascarenhas, com todo seu metro e vinte, deu uma dura e fez assim: (bate na mesa enfezado). Assumi o comando, pegou uma divisão e tomou o Monte Castello. Era pra ser a divisão brasileira com a ajuda de uma tropa

de elite americana, de alpinistas, especializada em montanhas, mas os brasileiros chegaram em Monte Castello e nada de americanos. Nada mesmo. Monte Castello foi uma coisa belíssima dos brasileiros, mas foi feita pelo Mascarenhas e os soldados de major para baixo (1978, p. 13).

Apesar dos elogios e das vitórias obtidas como a conquista de Monte Castello, Montese e Fornovo, o Brasil obteve resultados negativos nos confrontos: o descaso inicial com a tropa brasileira por alguns integrantes do exército americano e principalmente as baixas no exército, ou seja, a morte de soldados durante os nove meses de participação brasileira na guerra. Ao todo, foram 1577 feridos em combate, 1.145 acidentados, 35 prisioneiros, 23 extraviados e, por fim, 443 mortes nos campos de batalha europeus, dentre os quais 13 oficiais da FEB, 422 pracinhas e oito oficiais da Força Aérea Brasileira (FAB).

Quando a Força Expedicionária Brasileira chegou na Itália, cerca de 16 dias após o embarque, o que os soldados avistaram lhes faria perceber as reais dimensões da guerra. Nemio Moreira de Oliveira, outro ex-pracinha, lembra em *Atos e fatos dos nossos pracinhas* que “quando desembarcamos em Nápoles vi uma cidade em ruínas, com muitos navios afundados. Nada funcionava. Era uma destruição total. Foi aí que senti um medo que me acompanhou nos oito meses” (DINI, 2008, p. 12).

## **2 A Segunda Guerra e a Comunicação**

Para que uma guerra aconteça, além de desavenças, conflitos e batalhas, é necessário que informações sejam transmitidas, estratégias sejam discutidas e também que os demais países saibam o que está acontecendo durante os confrontos. Outro aspecto importante a ser considerado é a correspondência que mantém a esperança de retornar à pátria aos soldados que se encontram em meio a tantas lutas e confrontos.

### **2.1 O governo Vargas e o controle da opinião pública**

Com o fim de seu mandato presidencial se aproximando e com forte pretensão de continuar à frente do governo brasileiro, Getúlio Vargas instituiu em 10 de novembro de 1937 o *Estado Novo* e com ele uma nova constituição fora implantada no país, inspirada nos moldes fascistas da Itália e da Polônia.

Com essa nova constituição, a autonomia dos estados e os partidos políticos foram abolidos, a democracia fora substituída por um regime governamental autoritário e centralizado, e a imprensa passou a ser alvo da censura.



Desde que subiu ao poder, em 1930, Vargas sempre teve na imprensa um meio de difundir idéias e ideais sobre seus atos políticos, sempre tendo um controle sobre a opinião pública e transmitindo a imagem de um Brasil moderno e moralizado e de um governante justo e firme. Sobre esta perspectiva é que surge em dezembro de 1939 o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Entre as atividades realizadas pelo DIP, estava a tarefa exclusiva de cuidar de toda e qualquer publicação, principalmente em rádio e jornais impressos, dos órgãos do governo e da administração federal, difundindo o idealismo do Estado Novo junto às repartições públicas. Para isso, eram distribuídos retratos oficiais do presidente, que deveriam ser postos em locais visíveis, e nas escolas eram enviadas cartilhas cívicas com a história do Brasil contada de forma enviesada, produção de *curtas* para exibição obrigatória antes dos filmes nos cinemas e o programa radiofônico nacional *Hora do Brasil*, transmitido em horário nobre, antes das radionovelas ouvidas por praticamente toda a classe média e alta brasileira, passando a idéia de um governo baseado na valorização do trabalho e do trabalhador e na exaltação dos símbolos e valores nacional e a imagem de Getúlio Vargas como o salvador do país, o “pai dos pobres”. Havia ainda o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), presente em todos os estados da federação como filiais do DIP por todo o país.

Porém, quando falamos de DIP logo nos lembramos da censura aos meios de comunicação e a perseguição a esses veículos. Parte dos recursos do departamento era destinada a esse controle da imprensa, onde quase nada escapava aos olhos dos censores que, em 1942, proibiram a veiculação de 108 programas de rádio e 400 músicas pelo conteúdo danoso aos interesses da pátria, letras de moral questionável, entre outras alegações. A ação do DIP abrangia todas as manifestações culturais, tais como a imprensa, a literatura, o teatro, o cinema, o esporte, a recreação e a radiodifusão.

Em determinadas épocas, o DIP chegou a ser responsável por 60% das publicações de jornais e revistas, em uma censura de extrema eficiência. Associada à censura midiática e às manifestações contra o novo governo vieram as torturas, a repressão através da força, o que levou à mutilação de pessoas e à morte de muitas outras.

Também em 20 de agosto de 1938, Getúlio Vargas baixa um decreto proibindo as publicações em idiomas estrangeiros (principalmente o alemão, o italiano e o japonês) sem a devida autorização do Ministério da Justiça, o qual devia permitir antecipadamente estas publicações. Nas regiões onde se concentravam os imigrantes, os grupos de conversas tornavam-se perigosos, já que poderiam ser confundidos como espiões infiltrados no Brasil



a mando dos países do Eixo. Muitas pessoas foram denunciadas por falarem outros idiomas. Imigrantes eram espionados em suas próprias casas, para escutarem suas conversas e se “possível” denunciá-los por comunicarem-se em outro dialeto sob a acusação de espiões do Eixo. Porém, muitos dos imigrantes que residiam no Brasil durante o período da Segunda Guerra não compreendiam a língua portuguesa, o que levou muitos deles a serem torturados e até mesmo mortos por não falarem a língua oficial do Brasil e serem considerados “inimigos da nação”.

Juntamente com os soldados brasileiros, embarcaram alguns jornalistas, para que enviassem notícias para o país. Contudo, o momento político também interferiu diretamente na iniciativa de enviar os correspondentes de guerra.

Pouca gente sabe disso, mas o fato é que o governo da época (a ditadura do Estado Novo, de Getúlio Vargas) não queria de forma alguma que os jornais enviassem à Itália seus próprios correspondentes. O ministro da Guerra, o general Eurico Dutra, achava que eles só iriam atrapalhar – “além do mais, os jornalistas indicados são todos contrários ao governo”. O Dr. Lourival Fontes, chefe todo poderoso do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), era da mesma opinião; e acrescentava mais, que seu departamento, que controlava a Agência Nacional, podia dar conta perfeitamente do recado. De forma que, no primeiro escalão da FEB, só foram jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas da Agência Nacional (Silveira, 1997, p. 99).

Fica claro o controle exercido pelo DIP na imprensa da época e controle que era exercido sobre a informação. O governo pretendia controlar o povo em cima daquilo que forma sua opinião. Sem uma informação precisa e verdadeira, quem poderia ser contra o Estado Novo e seu idealizador Getúlio Vargas?

## 2.2 Correspondências de guerra

Nos anos em que ocorreram os combates da Segunda Guerra Mundial, a principal forma de comunicação entre os pracinhas e suas famílias que se encontravam em solo brasileiro era as correspondências. Porém, as cartas demoravam meses até chegar ao seu destino. “Há, certamente, o recurso das cartas. Mas se o telegrama é lento, a carta é lentíssima. Leva de vinte dias a um mês para chegar...” (Braga, 1996, p. 61). Sem falar que muitas vezes estas cartas eram espalhadas sem nunca chegarem ao destino desejado pelo soldado.





Como citado acima, o outro recurso para receber e enviar notícias aos familiares eram os telegramas. Com frases curtas e simples, o pracinha podia informar à família de forma um pouco mais rápida, assim como receber as notícias tão esperadas. As frases dos telegramas eram fixas, cada uma representada por um número (29, 17, 10...), em um total de 124 frases. Por 60 libras ou cerca de quatro reais, o soldado podia enviar até três números, ou precisamente três frases, que falavam sobre saúde, dinheiro, pedidos de correspondências mais sólidas, com mais informações. “Quanto aos telegramas, está visto que eles podem dar muitas alegrias e são muito úteis, mas em geral é aumentarem a sede de carta. Essas frases numeradas não convencem muito; deixam a gente com a vaga sensação de um abraço mecânico” (Braga, 1996, p. 62). Está visto que eram as cartas e telegramas que motivavam os pracinhas brasileiros, sendo que muitas vezes o número de cartas/telegramas enviados era bem maior que o de correspondências recebidas, esta era uma tentativa de conservar a esperança do retorno.

Antes de serem enviadas ao Brasil, as correspondências eram destinadas ao censurador da base, que tinha o dever de ler as cartas e verificar o seu conteúdo.

No PC da companhia, o capitão tem em sua frente um montinho de envelopes. Ele me diz que tem que fazer a censura das cartas escritas pelos seus homens – as cartas que vão para o Brasil.

- Eu não me lembro de nunca ter encontrado nada. Passo os olhos e vejo se não tem alguma coisa muito grave, uma informação precisa que seria muito importante se por acaso fosse parar na mão do inimigo. Mas nunca tem (Braga, 1996, p. 174).

O mesmo servia para as correspondências que chegavam até a Itália, onde se encontravam os soldados brasileiros. Apenas após a leitura do censurador para conferir o conteúdo da carta é que elas eram entregues. Se, ao serem enviadas para o Brasil, as correspondências eram lidas para impedir que o inimigo soubesse de informações sigilosas, ao chegarem à Europa as cartas eram novamente lidas para que notícias ruins não chegassem até os soldados. Conforme depoimento do ex-expedicionário Raimundo Bortolo Sândi, disponível em *Atos e fatos dos nossos pracinhas*,

Não tínhamos notícias do que acontecia aqui no Brasil. Havia uma censura para que, nas correspondências, mensagens negativas não fossem lidas. Muitos não recebiam cartas. Entre os soldados havia muita conversa sobre lugares do nosso país. Isso nos reconfortava (DINI, 2008, p. 5).



A esperança, a alegria, eram fatores fundamentais naquele meio em que se encontravam os pracinhas brasileiros. Plínio Michelli, ex-pracinha da FEB e que hoje reside na cidade de Caxias do Sul (RS), relata em *Atos e fatos dos nossos pracinhas* que “o importante naquela guerra era o astral elevado que o soldado tinha que ter. O espírito de solidariedade com os companheiros e o bom humor ajudavam muito... de resto, a missão pessoal de cada um era se manter vivo” (DINI, 2008, p. 6).

Para Bernardo Nunes Cavalheiro<sup>5</sup>, ex-pracinha da Força Expedicionária Brasileira, as correspondências até chegavam rápido ao destino e os telegramas eram enviados em caráter de urgência. Por esta razão, podemos perceber o porquê dos telegramas serem mais usados e por que as cartas demoravam mais para serem enviadas e recebidas.

Eu passava telegrama. Nós tínhamos o serviço de comunicação da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, então nós escrevíamos no *front*, em cima do joelho e dentro da trincheira, porque não tinha mesa, não tinha nada (...). Era uma correspondência que interessava muito, quando chegava carta daqui, da minha mãe, em dois dias chegava ao *front*.

Depois que as cartas passavam pelo censor, era a vez dos “estafetas”, homens que enviavam as cartas ao Brasil e também as distribuía entre os soldados quando as notícias da família chegava. As conversas animavam quando lembravam coisas boas do país, o que ajudava muitos dos soldados a continuarem firmes frente à guerra.

Um outro fator importante com relação às correspondências durante este período da história é a existência das Madrinhas de Guerra. Cada uma das madrinhas era responsável por um determinado número de pracinhas e cabia a ela encaminhar as correspondências para que tanto as famílias quanto os pracinhas não perdessem contato. Eram elas quem intermediavam as correspondências tão importantes para quem viveu a Segunda Guerra Mundial. Após o término do conflito, a última responsabilidade das madrinhas de guerra foi recepcionar os combatentes brasileiros.

### 2.3 Os correspondentes de guerra

Como o governo da época não desejava a presença de jornalistas brasileiros no *front*, a ida dos correspondentes só se deu depois de ameaças de boicote por parte dos dirigentes dos principais veículos de comunicação da época.

---

<sup>5</sup>

Entrevista concedida a Carina Venzo Cavalheiro em 06/10/2008.



Roberto Marinho e Herbert Moses, diretores de O Globo; Assis Chateaubriand e Austregésilo de Athayde, dos Diários Associados; Paulo Bittencourt, do Correio da Manhã; e Horácio de Carvalho, do Diário Carioca, que conheciam bem seus funcionários e neles confiavam, não podiam se conformar com isso – e não se conformaram. Queriam mandar seus próprios correspondentes. Foi uma guerra que durou quase dois meses, mas afinal os seis venceram. Diante do ultimato, endossado pelos diretores dos jornais (“ou mandamos nossos próprios correspondentes ou não publicamos mais nada do DIP referente à FEB. Usaremos apenas o serviço de agências internacionais”), o governo se rendeu. E lá fomos (SILVEIRA, 1997, p. 99-100).

Foi só a partir de então que os jornais brasileiros puderam enviar seus próprios correspondentes para a Itália. Embarcaram para a Europa: Joel Silveira, pelo Diários Associados; Rubem Braga, pelo Diário Carioca; Egydio Squeff, pelo O Globo e Thassilo Mitke, pela Agência Nacional. Para que pudessem mandar informações sempre precisas dos combates, os jornalistas deviam estar sempre informados sobre o que acontecia no teatro europeu de guerra, acompanhando as tropas e escrever sobre o que viam e o que acontecia durante os dias em que FEB participou da guerra. Todos eles receberam uma patente (de capitão), como relata Joel Silveira em entrevista a *O Pasquim*, edição 482, de 22 a 28/9/1978:

Na frente você tem que ter uma patente pra quando for preso saberem quem estão prendendo. Tem também a questão do alojamento. Não pode ter arma na mão pra não ser considerado franco-atirador. Mas nós não éramos capitães da FEB e sim do 5º Exército Americano, para poder percorrer aquilo tudo (1978, p. 13).

Era assim, andando pelas bases, conversando com pracinhas e capitães, é que os jornalistas conseguiam as informações necessárias para enviar aos seus respectivos jornais. Porém, os correspondentes deveriam seguir determinadas regras. Assim com as cartas dos pracinhas, seus textos estavam sujeitos à leitura do censor. E, embora tivessem a tarefa de escrever sobre tudo o que acontecia durante os conflitos quando saíram do Brasil, na Itália não funcionava a teoria do jornalismo comprometido com a verdade. Os correspondentes de guerra eram, na verdade, informantes da versão oficial da guerra. Sendo assim, a missão da imprensa era manter elevada a moral do país, impedir que o inimigo (leia-se países do Eixo) tivesse acesso a qualquer tipo de notícia sobre possíveis dificuldades dos Aliados. Assim, podemos perceber o controle rigoroso sobre o que era escrito, desde as correspondências dos pracinhas até o conteúdo das notícias enviadas aos jornais brasileiros e de todo o mundo.



Um outro problema enfrentado pelos jornalistas durante a Segunda Guerra foi a apatia e desconfiança inicial dos comandantes da FEB. Havia uma certa frieza por parte dos capitães e generais ao passar as informações. “Mostravam-se esquivos, evitando-nos sempre que possível, e, quando eram obrigados a nos fornecer as informações pedidas com tanta insistência e teimosia, faziam-no de maneira reticente, como quem não quer puxar conversa” (SILVEIRA, 1997 p. 100). Aos poucos, os comandantes foram percebendo que a intenção dos correspondentes era apenas enviar informações e cumprir com o seu trabalho. A desconfiança foi abandonada de vez com a chegada dos primeiros jornais brasileiros contendo textos enviados por aqueles que até então eram alvos da frieza no diálogo.

As semelhanças entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial vão além da expansão de territórios e de países envolvidos. O tratamento dado à imprensa viria a ser o mesmo dos anos de 1914 a 1918: o número de correspondentes seria limitado, os representantes da imprensa andariam sempre escoltados por oficiais, o jornalista seria tolerado nos quartéis e suas correspondências seriam cuidadosamente verificadas pelo censor. Um outro detalhe que sempre deveria ser observado pelos correspondentes, assim como quem fazia parte da Cruz Vermelha, era que estes nunca poderiam andar armados, pois eram considerados soldados desarmados e um repentina prisão com uma arma, mesmo que fosse uma pequena faca, os tornaria franco-atiradores, permitindo seu fuzilamento sem qualquer pergunta prévia.

Os correspondentes brasileiros foram os encarregados de manter a imprensa brasileira informada sobre a guerra, dentro dos “padrões” permitidos – o que envolvia inclusive o uso de rádio da tropa. Assim, eles mantinham informados também os próprios soldados. O rádio se tornara um fundamental meio de comunicação entre as tropas, pois as linhas dos telefones de campanha eram facilmente destruídas em meio a tantos tiros e bombardeios. Conforme relembra Bernardo Nunes Cavalheiro<sup>6</sup>,

Nós tínhamos um radinho. Ele pegava em um raio de 500 metros e lá no *front* cada grupo de combate tinha um rádio, se saísse uma patrulha levava o rádio e nas trincheiras era o telefone, por fio. As linhas de transmissão eram cortadas pela artilharia, caía uma bomba e despedaçava todos os fios, aí nós tínhamos o rádio que comunicava.

---

<sup>6</sup>

Entrevista concedida a Carina Venzo Cavalheiro em 06/10/2008.



O trabalho dos correspondentes de guerra baseava-se na conversa com soldados e capitães. Pouco antes das batalhas mais importantes, eram avisados e acompanhavam de longe os confrontos até que pudessem ir seguros até o local desejado.

Tomamos um café apressado, enchemos os bolsos de chocolate e “chicle”, e soltamos nossas viaturas até o QG avançado. Os “jeeps” necessários já esperavam os correspondentes, e cada qual subia no seu e procurou, na frente, o melhor lugar para uma observação total da luta...

(...) o certo é que tomei de assalto o PO Avançado do General Cordeiro de Farias e lá me instalei por todo o dia. Eram precisamente oito da manhã quando o general me cedeu seu lugar diante da potentíssima luneta binocular... (SILVEIRA, 1945, p. 98)<sup>7</sup>.

Nota-se a importância da cooperação dos generais, assim como todos os envolvidos, para que o trabalho dos correspondentes de guerra ocorresse com bons resultados, pois no dia anterior os jornalistas pretendiam ir a Nápoles esperar a chegada do quarto escalão. O aviso do ataque a Monte Castelo foi dado pelo major Souza Junior, que no momento era o encarregado pelos correspondentes.

Era de fundamental importância a cooperação entre ambas as partes. Do mesmo modo que soldados, capitães e majores informavam aos jornalistas o que estava acontecendo no *front*, o jornalista seguia tanto as regras impostas pelo censor quanto aquelas que garantiriam sua própria segurança. Mesmo correndo muitos riscos, os jornalistas procuravam ficar o mais perto possível do lugar onde ocorriam os fatos, como podemos observar no texto de Joel Silveira:

O ideal para uma correspondente, numa guerra convencional, é escolher numa divisão (e a FEB era uma divisão) o batalhão ou pelotão que estivesse mais próximo do inimigo. O rico é maior, mas em compensação é maior e mais fácil a colheita de matéria para os despachos diários (1997, p. 97).

Alguns jornalistas possuíam a chamada franquia telegráfica, o que significava enviar diariamente do próprio *front* as notícias que escreviam, sem precisarem cortar palavras. Na imprensa brasileira, apenas os brasileiros Egydio Squeff e de Joel Silveira desfrutavam desse privilégio.

---

<sup>7</sup>

Relato do jornalista Joel Silveira referente à conquista de Monte Castelo pelos soldados brasileiros.



## **Considerações Finais**

Ao chegar ao término deste trabalho, é possível compreender a complexidade da comunicação na Segunda Guerra Mundial. Foi possível perceber a dificuldade em enviar correspondências, os cuidados ao escrever, saber que o que você escrevia em uma carta endereçada à família seria lida por outras pessoas antes de chegar ao seu destino, e que poderia até mesmo não chegar a esse destino, pois havia muita demora e as perdas de correspondências eram uma realidade a ser enfrentada pelos soldados brasileiros. Também foi percebida a importância das cartas e telegramas para que os pracinhas mantivessem a esperança de retornar e principalmente a coragem para lutar e terminar com o trágico episódio da história mundial que foi a Segunda Guerra.

Outra dificuldade era o trabalho dos correspondentes de guerra que precisaram enfrentar o pré-conceito dos soldados que não os viam com bons olhos, sendo que estes eram sua principal fonte para escrever aos seus respectivos jornais no Brasil.

E, ao mesmo tempo em que os jornalistas tinham dificuldades em escrever suas notícias a serem publicadas no Brasil, os veículos de comunicação “brigavam” em território nacional com a censura. Durante o período da Segunda Guerra, o país viveu dias terríveis quando se tratava de comunicação e manifestações culturais. Com um governo rígido ao extremo, ficava muito difícil a expressão de opiniões e especialmente o trabalho de um jornalista, pois desde o início desta atividade o profissional de jornalismo procura noticiar aquilo que ocorre na sociedade e os fatos relevantes para ela, sendo que na grande maioria das vezes alguém sempre sai descontente com aquilo que um jornalista escreve.

Hoje, com tantas facilidades e a rapidez com que nos comunicamos, fica complicado imaginar as dificuldades encontradas na época, mas é preciso lembrar que muitos dos recursos que hoje utilizamos ainda não existiam e que rádio e telefone (por exemplo) custavam muito dinheiro, tornando-se inacessível para muitas pessoas.

Quando este trabalho foi iniciado, sabia-se das dificuldades da comunicação da época, mas através da pesquisa foi possível perceber que não se imaginou ou realizou a dimensão dessa dificuldade. Por este motivo, deixo minha admiração por estes guerreiros que arriscaram suas vidas, sendo que alguns deles jamais retornaram à pátria da qual partiram e, principalmente, jamais retornaram para o aconchego de suas respectivas famílias.



## Referências

BRAGA, Rubem. **Crônicas da guerra na Itália**. Rio de Janeiro, Record, 1996.

DINI, Juçara Tonet. **Atos e fatos dos nossos pracinhas**. In: Revista Informativa para o Museu do Expedicionário. Caxias do Sul, 2008.

SANTAYANA, Mauro. Momentos guardados na alma. In: Dantas, Audálio. **Repórteres**. São Paulo: SENAC, 1997.

SANTOS, Luciana Ibarra dos. **Há algo de novo no front**: a participação do Brasil na segunda guerra mundial. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SEITENFUS, Ricardo. **A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

SILVEIRA, Joel. **Histórias de Pracinha**: oito meses com a força expedicionária brasileira. Rio de Janeiro: Leitura, 1945.

SILVEIRA, Joel. **O Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Tecnoprint S.A., 1976.

SILVEIRA, Joel. Conversa de dromedário. In: DANTAS, Audálio. **Repórteres**. São Paulo: SENAC, 1997.

TATTO, Éverson Rodrigo. **Os pracinhas de Barril**: a memória e a história dos ex-combatentes com os relatos de seus familiares durante a II Guerra Mundial nos anos de 1944/1945. Monografia de Especialização. Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, 2008.